

Para: Participantes no Fórum de Alto Nível de Acra

Senhor Ministro/ Caro Participante no Fórum,

Anexo encontrará o projecto da *Accra Agenda for Action/Agenda para Acção de Acra (AAA)* a ser submetido à aprovação do **Terceiro Fórum de Alto Nível sobre a Eficácia da Ajuda** que decorrerá em Acra entre 2 e 4 de Setembro 2008.

Nesta fase de preparação dos nossos debates em Acra, gostaria de realçar o significado desta AAA e o processo de que é resultado. ***Este projecto culmina um dos mais alargados processos de consulta alguma vez efectuados na área da cooperação para o desenvolvimento.*** Foi um processo estruturado, partindo de análises comprovadas por factos da implementação da Declaração de Paris e de discussões que incluíram muitas pessoas de todo o mundo e em diferentes níveis, tanto de organismos oficiais como de organizações da sociedade civil (OSC). Neste projecto, foram contempladas as opiniões de mais de 80 países parceiros, cerca de 60 OSC, todos os dadores DAC e muitos fornecedores não tradicionais de apoio ao desenvolvimento. O investimento em tempo, energia e recursos financeiros de todos os que participaram no processo garantem-nos que teremos uma AAA que será o suporte de um verdadeiro progresso em áreas importantes, como a previsibilidade, a utilização dos sistemas nacionais e o reforço da responsabilização pelos resultados.

Este texto reflecte um alto nível de consenso para avanço em temas que constituem desafios mas, como é evidente, haverá algumas áreas em que não dará resposta às preocupações e aspirações de todos. O consenso requer, como é óbvio, algumas cedências, que num processo deste tipo têm de ser aceites. No entanto, os participantes terão em Acra ampla oportunidade para expressarem as suas próprias perspectivas sobre a AAA e sobre as acções que se propõem realizar para implementarem os princípios da Declaração de Paris – nas discussões em Mesa Redonda e durante as sessões plenárias, incluindo o segmento ministerial do Fórum de Alto Nível (HLF). O resultado destas discussões será registado – na AAA e no Sumário da Presidência do HLF.

Mas Acra vai também significar um acordo para trabalharmos em conjunto para o HLF-4 de 2011 e determinarmos que acções e tarefas serão necessárias para garantir o cumprimento com os compromissos da Declaração de Paris até 2010. Dada a amplitude das consultas e consensos já estabelecidos na AAA – e para melhor rentabilizar o tempo de que disporemos em Acra para nos empenharmos colectivamente na via a prosseguir – proponho o seguinte procedimento para gerir o acordo final e a adopção da AAA a partir deste ponto:

- > Este projecto foi aprovado para ser circulado no Fórum de Alto Nível de Acra pelo Grupo de Trabalho para a Eficácia da Ajuda, sujeito a discussões a realizar em Acra relativamente a um número limitado de questões chave, assinaladas no texto através de notas de rodapé (ver parágrafos 15c, 17b, 18b, 24c e 26c).
- > Estas e quaisquer outras questões importantes serão resolvidas a nível ministerial, em Acra. Um grupo incluindo entidades oficiais de países em desenvolvimento e países/organizações dadores – o Grupo de Consenso de Acra – disponibilizou o texto anexo e estará pronto a ajudar a alcançar um consenso final.

Quero, nesta oportunidade, referir que foi para mim um privilégio estar à frente desta parceria internacional para a eficácia na ajuda. Penso que Acra será um marco para os nossos objectivos comuns de melhorar o sistema da ajuda internacional e fazer progredir o desenvolvimento em todos os países e para todos os povos.

Com votos do maior sucesso para os resultados de Acra e com os meus cumprimentos,



Jan Cedergren

ACCRA AGENDA FOR ACTION

(Agenda para Acção de Acra)

Ministros de países em desenvolvimento e dadores responsáveis pela promoção do desenvolvimento e dirigentes de instituições multilaterais e bilaterais, endossaram a seguinte declaração em Acra, Gana, a 4 de Setembro 2008.

Este é um momento de oportunidade

1. Estamos empenhados em erradicar a pobreza e promover a paz e a prosperidade através da construção de parcerias mais fortes e mais eficazes, que conduzam os países em desenvolvimento a atingirem as suas metas de desenvolvimento.
2. Têm-se verificado progressos. Há quinze anos, uma em cada três pessoas vivia com menos de um dólar por dia; hoje em dia esse dado foi reduzido para uma em cinco. No entanto, mais de mil milhões de pessoas vivem ainda em extrema pobreza – na sua maioria mulheres e raparigas – e o acesso a água potável e a cuidados de saúde continuam a ser problemáticos em muitas partes do mundo. Acresce ainda que novas ameaças – subidas do custo de alimentos e combustíveis e alterações climáticas – põem em risco, em muitos países, os avanços feitos contra a pobreza.
3. Teremos que ir muito mais longe, se queremos que todos os países alcancem as Metas de Desenvolvimento do Milénio (MDG) até 2015. A ajuda é apenas uma parte do quadro do desenvolvimento. Democracia, crescimento económico, progresso social e a preocupação com o ambiente são os motores reais do desenvolvimento em todos os países. Para que haja um progresso global, é essencial resolver as desigualdades de rendimentos e oportunidades no seio dos países e entre estados. A igualdade entre os géneros, o respeito pelos direitos humanos e a sustentabilidade ambiental são as pedras basilares para conseguir um impacto duradouro nas vidas e no potencial de mulheres, homens e crianças pobres. É essencial que todas as nossas políticas tenham por objectivo estas questões de um modo mais sistemático e coerente.
4. Em 2008, haverá três conferências internacionais a ajudar-nos a acelerar a passada para a mudança: o Fórum de Alto Nível sobre a Eficácia da Ajuda, o Evento de Alto Nível das Nações Unidas sobre as MDG, em Nova Iorque, e a Reunião de Acompanhamento do Financiamento para o Desenvolvimento, em Doha. Hoje, em Acra, estamos a mostrar o caminho, unidos por um objectivo comum: desbloquear o total do potencial da ajuda para atingir resultados duradouros para o desenvolvimento.

Estamos a fazer progressos, mas não são suficientes

5. Em Março de 2005 e em resultado das lições aprendidas com os nossos êxitos e insucessos do passado, na cooperação para o desenvolvimento, adoptámos um conjunto ambicioso de reformas: a Declaração de Paris sobre Eficácia da Ajuda. Na Declaração de Paris, acordámos em desenvolver uma verdadeira parceria, em que os países em desenvolvimento serão claramente os condutores do seu próprio desenvolvimento. Concordámos também em nos responsabilizarmos mutuamente pela obtenção de resultados de desenvolvimento concretos. Três anos e meio depois reencontramo-nos de novo em Acra para analisar os progressos e deliberar sobre os desafios que agora enfrentamos.
6. Os factos indicam que estamos a fazer progressos, mas que não são suficientes. Uma avaliação recente mostra que a Declaração de Paris criou um poderoso ímpeto de mudança quanto ao modo como os países em desenvolvimento e os dadores trabalham em conjunto no terreno. De acordo com o Levantamento de Monitorização de 2008, um vasto número de países em vias de desenvolvimento melhoraram a sua gestão dos fundos públicos. Por seu turno, os dadores estão a melhorar cada vez mais a sua coordenação a nível dos países. No entanto, o ritmo do progresso é demasiado lento. Se não houver mais reformas e uma actuação mais rápida não conseguiremos cumprir com os nossos compromissos para 2010 e com as metas para melhorar a qualidade da ajuda.

Tomaremos acções para acelerar o progresso

7. Os factos mostram que será necessário enfrentar três grandes desafios para acelerar o progresso na eficácia da ajuda:

8. *O controlo pelos países é a chave.* Os governos dos países assumirão uma mais forte liderança das suas próprias políticas de desenvolvimento, e empenhar-se-ão em defini-las, em conjunto com os seus parlamentos e cidadãos. Os dadores ajudá-los-ão respeitando as prioridades nacionais, investindo nos seus recursos humanos e instituições e fazendo um maior uso dos seus sistemas na prestação da ajuda, e melhorando a previsibilidade dos fluxos de ajuda.

9. *Construir parcerias mais eficazes e inclusivas.* Em anos recentes, surgiram novos actores – países de rendimento médio, fundos globais, o sector privado, organizações da sociedade civil – que estão a aumentar o seu contributo e que trazem à cena uma valiosa experiência. Este factor dá também origem a desafios de gestão e coordenação. Em conjunto, todos os actores do desenvolvimento irão trabalhar em parcerias mais abrangentes, de modo a que os nossos esforços combinados tenham um maior impacto na redução da pobreza.

10. *Alcançar resultados de desenvolvimento — e prestar abertamente contas desses resultados — tem que estar presente em tudo o que fazemos.* Agora mais do que nunca, os cidadãos e os contribuintes de todos os países têm expectativas quanto a resultados tangíveis dos esforços para o desenvolvimento. Iremos demonstrar que as nossas acções se traduzem em impactos positivos na vida das pessoas. Assumiremos a responsabilidade destes resultados entre nós próprios e perante os nossos respectivos parlamentos e governantes.

11. Se não resolvermos estes obstáculos a um mais rápido progresso, não conseguiremos cumprir os nossos compromissos e perderemos oportunidades de melhorar a vida daqueles que são os mais vulneráveis do mundo. É por isso que reafirmamos o nosso compromisso com a Declaração de Paris e acordamos em tomar medidas concretas e monitorizáveis para acelerar o progresso até 2010. Este propósito vai necessitar de esforços continuados de monitorização e avaliação, para que possamos aferir o cumprimento dos compromissos acordados na Declaração de Paris e na *Accra Agenda for Action* – e até que ponto a eficácia da ajuda está a melhorar e a gerar um maior impacto no desenvolvimento.

Fortalecer o Controlo do Desenvolvimento pelos Países

12. Os países em desenvolvimento determinam e implementam as suas políticas de desenvolvimento de modo a atingirem os seus próprios objectivos económicos, sociais e ambientais. Concordámos, na Declaração de Paris, que esta seria a nossa primeira prioridade. Hoje, estamos a dar novos passos para transformar esta resolução numa realidade.

Alargaremos o diálogo sobre políticas de desenvolvimento a nível nacional

13. Estabeleceremos um diálogo aberto e abrangente sobre políticas de desenvolvimento. Reconhecemos o papel crucial e a responsabilidade dos parlamentos na defesa do controlo pelos países dos processos de desenvolvimento. Para favorecer este objectivo tomaremos as seguintes medidas:

a) Os governos dos países em desenvolvimento trabalharão mais estreitamente com os parlamentos e com as autoridades locais na preparação, implementação e monitorização de políticas e planos nacionais de desenvolvimento. Estabelecerão também colaboração com organizações da sociedade civil (OSC).

b) Os dadores apoiarão esforços para aumentar as capacidades de todos os intervenientes no desenvolvimento – parlamentos, governos centrais e locais, OSC, institutos de pesquisa, comunicação social e o sector privado – para participarem activamente no diálogo sobre política de desenvolvimento e o papel da ajuda como contributo para os objectivos de desenvolvimento do país.

c) Os países em desenvolvimento e os dadores providenciarão para que as suas respectivas políticas e programas de desenvolvimento sejam concebidos e implementados de uma forma consentânea com os compromissos internacionais que assumiram em termos de igualdade de género, direitos humanos, incapacidades e sustentabilidade ambiental.

Os países em desenvolvimento fortalecerão a sua capacidade para liderar e gerir o desenvolvimento

14. Sem uma robusta capacidade — instituições e sistemas fortes e capacidades a nível local — os países em desenvolvimento não poderão assumir totalmente o controlo e gerir os seus processos de desenvolvimento. Acordámos na Declaração de Paris que o desenvolvimento das capacidades é responsabilidade dos países em desenvolvimento, em que os dadores desempenham uma função de apoio, e que a cooperação técnica é um meio, entre outros, para desenvolver essa capacidade. Em conjunto, os países em desenvolvimento e os

dadores tomarão as seguintes medidas para reforçar o desenvolvimento da capacidade:

- a) Os países em desenvolvimento identificarão, sistematicamente, as áreas em que é necessário reforçar a capacidade para executar e fornecer serviços em todos os níveis – nacional, subnacional, sectorial e temáticas – e conceberão estratégias para lhes dar resposta. Os dadores reforçarão a sua própria capacidade e competências de modo a darem uma melhor resposta às necessidades dos países em desenvolvimento.
- b) O apoio dos dadores ao desenvolvimento de capacidades será ditado pela solicitação e concebido de modo a apoiar o controlo por parte do país. Para tal, os países em desenvolvimento e os dadores i) seleccionarão e gerirão conjuntamente a cooperação técnica, e ii) promoverão a prestação da cooperação técnica por meio de recursos locais e regionais, incluindo a cooperação Sul-Sul.
- c) Os países em desenvolvimento e os dadores trabalharão em conjunto a todos os níveis para promover mudanças operacionais que tornem mais eficaz o apoio ao desenvolvimento das capacidades.

Reforçaremos e utilizaremos os sistemas dos países parceiros do modo mais alargado possível

15. O desenvolvimento bem-sucedido depende em larga medida da capacidade de um governo para implementar as suas políticas e gerir os recursos públicos através das suas próprias instituições e sistemas. Na Declaração de Paris, os países em desenvolvimento concordaram em fortalecer os seus sistemas¹ e os dadores comprometeram-se a utilizá-los na mais larga medida possível. É no entanto evidente que os países em desenvolvimento e os dadores não estão na via certa para cumprir com estes compromissos. O progresso alcançado na melhoria da qualidade dos sistemas varia consideravelmente de um para outro país; e mesmo onde existem bom sistemas nacionais, é frequente os dadores não os utilizarem. Para robustecer e aumentar a utilização dos sistemas nacionais, tomaremos as seguintes medidas:

- a) Os dadores concordam em utilizar os sistemas nacionais como primeira opção em programas de ajuda dirigidos ao apoio de actividades geridas pelo sector público.
- b) Os países em desenvolvimento e os dadores avaliarão em conjunto a qualidade dos sistemas nacionais, através de um processo liderado pelos países e utilizando instrumentos de diagnóstico acordados em comum.
- c) Onde existam sistemas de qualidade, os dadores farão uso deles. [Nota]² Em casos em que os dadores continuem a recorrer a mecanismos de prestação de ajuda fora dos sistemas dos países (incluindo unidades de implementação de projecto paralelas), farão uma declaração transparente das razões para tal e, a intervalos regulares, farão uma revisão da situação. Quando não seja viável a utilização de sistemas nacionais, os dadores criarão sistemas adicionais de salvaguarda e medidas que, em vez de minar, fortaleçam os sistemas e procedimentos nacionais.
- d) Quando se verifique necessário reforçar os sistemas nacionais, os países conduzirão os processos de definição das reformas de programas e prioridades. Os dadores apoiarão estas reformas e fornecerão apoio ao desenvolvimento das capacidades.
- e) Os dadores apresentarão de modo transparente os seus planos para cumprir com os compromissos de Paris quanto ao uso dos sistemas dos países; disponibilizarão orientação ao pessoal quanto à aplicação destes sistemas; e providenciarão para que haja incentivos internos que estimulem a sua utilização.

Construir Parcerias de Desenvolvimento Mais Eficazes e Inclusivas

16. A ajuda é um instrumento de construção de parcerias para o desenvolvimento. Essas parcerias alcançam maior eficácia quando recorrem plenamente às energias, competências e experiência de todos os intervenientes no desenvolvimento – dadores bilaterais e multilaterais, fundos globais, OSC e o sector privado. Para apoiar os esforços para a construção do futuro dos países em desenvolvimento, tomámos a resolução de criar parcerias que incluam todos estes actores.

¹ Isto inclui, mas não se limita a, gestão financeira pública, aquisições, auditoria, monitorização e fiscalização e avaliações sociais e ambientais.

² [Esta proposta está sujeita a discussões a efectuar no Fórum de Alto Nível de Acra]

Reduziremos a dispendiosa fragmentação da ajuda

17. A eficácia da ajuda fica reduzida, quando há demasiada duplicação de iniciativas, em particular a nível de país e de sector. Reduziremos a fragmentação da ajuda melhorando a complementaridade dos esforços dos dadores e a divisão de tarefas entre dadores. Para alcançar este fim:

- a) Serão os países em desenvolvimento a determinar qual o papel desejável dos dadores no apoio aos seus esforços de desenvolvimento, a nível nacional, regional e sectorial. Os dadores respeitarão as prioridades dos países em desenvolvimento, assegurando que as novas disposições de divisão de tarefas não resultarão em que os países em desenvolvimento recebam menor ajuda.
- b) Solicitamos ao Grupo de Trabalho sobre Eficácia da Ajuda a continuação do seu trabalho na divisão das tarefas, de modo a i) desenvolver princípios de boas práticas na divisão de tarefas a nível interno, ii) conceber uma metodologia para medir os progressos, e iii) promover o diálogo sobre a divisão internacional de tarefas em todos os países. [Nota]³

Aumentaremos o valor do dinheiro da ajuda

18. Desde que a Declaração de Paris foi acordada em 2005, os dadores OCDE-DAC têm feito progressos na desvinculação da sua ajuda. Alguns dadores já desvincularam totalmente a sua ajuda e encorajamos os restantes a que o façam também. Prosseguiremos e aceleraremos estes esforços através das seguintes acções:

- a) Os dadores OCDE-DAC alargarão a cobertura da Recomendação sobre a Desvinculação da Ajuda a PPME não-PMD⁴ emitida pelo DAC, e melhorarão a sua prestação de informações sobre a Recomendação do DAC de 2001.
- b) Os dadores elaborarão planos individuais para avançar ao máximo com a desvinculação. [Nota]⁵
- c) Os dadores promoverão o uso de aquisições a nível local e regional através de procedimentos de aquisição transparentes, permitindo que empresas locais e regionais possam concorrer. Daremos seguimento a exemplos de boas práticas para ajudar a melhorar a capacidade de empresas locais para concorrer com sucesso em processos de aquisições financiadas pela ajuda.

Estamos abertos e trabalharemos com todos os intervenientes no desenvolvimento

19. Os contributos de todos os intervenientes no desenvolvimento são mais eficazes quando os países em desenvolvimento estão em posição de os gerir e coordenar. Acolhemos com agrado o papel dos novos contribuidores e melhoraremos o modo de interacção de todos os intervenientes no desenvolvimento, adoptando as seguintes medidas:

- a) Encorajaremos todos os intervenientes no desenvolvimento a adoptar os princípios da Declaração de Paris como ponto de referência na prestação de cooperação no desenvolvimento.
- b) Reconhecemos os contributos feitos por todos os intervenientes no desenvolvimento e em particular o papel desempenhado por países de rendimento médio, enquanto dadores e recebedores de ajuda. Reconhecemos que podemos aprender através da experiência de colaboração Sul-Sul e encorajamos um maior desenvolvimento de cooperação triangular.
- c) Os fundos e programas globais prestam um importante contributo para o desenvolvimento. Os programas que financiam são ainda mais eficazes quando é feito um esforço complementar para melhorar o ambiente político e reforçar as instituições nos sectores em que operam. Encorajamos todos os fundos globais a apoiarem o controlo pelos países, a alinharem e harmonizarem a sua ajuda de um modo pró-activo e a fazerem bom uso de estruturas de responsabilização mútua, ao mesmo tempo que se empenham na obtenção de resultados. À medida que emergem novos desafios globais, os dadores deverão garantir que primeiro são utilizados os canais existentes para prestação da ajuda, antes de criarem novos canais que acarretam o risco de mais fragmentação e complicam a coordenação a nível do país.

Aprofundaremos o nosso comprometimento com organizações da sociedade civil

20. Aprofundaremos o nosso comprometimento com as OSC, enquanto actores de desenvolvimento a título próprio, cujos esforços complementam os dos governos e do sector privado. Partilhamos um interesse em garantir que os contributos das OSC para o desenvolvimento atinjam o seu pleno potencial. Com este objectivo:

³ [Esta proposta está sujeita a discussões a efectuar no Fórum de Alto Nível de Acra]

⁴A Recomendação do DAC de 2001 sobre a Desvinculação da AOD para os Países Menos Desenvolvidos (PME) abrange 31 dos chamados Países Pobres Muito Endividados (PPME). O Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE (DAC/CAD), na sua Reunião de Alto Nível de 2008 concordou em alargar a Recomendação de 2001, de modo a abranger oito países que fazem parte da iniciativa PPME: Bolívia, Camarões, Costa do Marfim, Gana, Guiana, Honduras, Nicarágua e República do Congo.

⁵ [Esta proposta está sujeita a discussões a efectuar no Fórum de Alto Nível de Acra]

- a) Convidamos as OSC a reflectir sobre o modo como podem aplicar os princípios de Paris sobre eficácia da ajuda, de um ponto de vista das OSC.
- b) Acolhemos com agrado as propostas das OSC para nos empenharmos conjuntamente num processo envolvendo múltiplos intervenientes, liderado pelas OSC, que promova a eficácia das OSC no desenvolvimento. Como parte desse processo, procuraremos: i) melhorar a coordenação dos esforços das OSC com programas governamentais, ii) incrementar a responsabilização com vista a resultados das OSC, e iii) melhorar a informação sobre as actividades das OSC.
- c) Trabalharemos com as OSC de modo a criar um ambiente favorável, que potencie os seus contributos para o desenvolvimento.

Adaptaremos as políticas de ajuda para países em situação frágil

21. Na Declaração de Paris, acordámos que os princípios da eficácia da ajuda se aplicam igualmente à cooperação para o desenvolvimento em situações de fragilidade, nomeadamente em países emergentes de conflitos, mas que esses princípios têm que ser adaptados a ambientes em que o controlo e as capacidades são fracos.

Desde então, foram estabelecidos Princípios de Bons Compromissos Internacionais em Estados e Situações Frágeis. Para aumentar a eficácia da ajuda nestes ambientes, tomaremos as seguintes medidas:

- a) Osadores farão avaliações conjuntas da governação e das capacidades e examinarão as causas de conflito, fragilidade e insegurança – envolvendo autoridades dos países em desenvolvimento e outras partes interessadas relevantes, até ao limite possível.
- b) A nível de país, osadores e países em desenvolvimento estabelecerão em comum e trabalharão sobre um conjunto de objectivos, realistas e conducentes à edificação do estado, que enfrentem as causas profundas de conflito e fragilidade e ajudem a garantir a protecção e a participação das mulheres. Este processo será informado por um diálogo internacional entre parceiros eadores sobre estes objectivos, como pré-requisitos do desenvolvimento.
- c) Osadores proporcionarão apoio ao desenvolvimento das capacidades, regulado pela procura, talhado à medida e coordenado, para a execução de funções essenciais do estado e para uma pronta e rápida recuperação. Trabalharão em conjunto com os países em desenvolvimento para delinear medidas provisórias, sequenciadas e que conduzam a instituições locais sustentáveis.
- d) Osadores trabalharão em modalidades flexíveis, rápidas e financiadas a longo prazo, numa base partilhada quando apropriado, para: i) fazer a ponte para fases humanitárias, de recuperação e de desenvolvimento a prazo mais longo, e ii) apoiar a estabilização, inclusive a consolidação da paz e a construção de estados capazes, responsáveis e com capacidade de resposta reactiva. Em colaboração com os países em desenvolvimento, osadores apadrinharão parcerias com o Sistema das Nações Unidas, instituições financeiras internacionais, e outrosadores.
- e) A nível de país e numa base voluntária, osadores e os países em desenvolvimento acompanharão a implementação dos Princípios de Bons Compromissos Internacionais em Estados e Situações Frágeis, partilhando os resultados como parte dos relatórios de progresso da implementação da Declaração de Paris.

Apresentar e Prestar Contas de Resultados para o Desenvolvimento

22. Seremos julgados pelos impactos que os nossos esforços colectivos terão sobre as vidas dos pobres. Reconhecemos também que uma maior transparência e responsabilização pelo uso de recursos para o desenvolvimento – a nível interno e externo – são poderosos motores de progresso.

Concentrar-nos-emos na apresentação de resultados

23. Melhoraremos a nossa gestão com vista a resultados, accionando as seguintes medidas:

- a) Os países em desenvolvimento melhorarão a qualidade da concepção das políticas, implementação e avaliação, através de um melhoramento dos sistemas de informação, incluindo, quando apropriado, a discriminação dos dados referentes a sexo, região e situação socioeconómica.
- b) Os países em desenvolvimento e os doadores trabalharão para desenvolver instrumentos para uma gestão com vista a resultados com eficácia de custos, para avaliar e ajustar o impacto das políticas de desenvolvimento. Coordenaremos melhor e interligaremos as várias fontes de informação, incluindo os sistemas nacionais de estatística, orçamentação, planeamento, monitorização e avaliações do desempenho das políticas lideradas pelo próprio país.
- c) Os doadores alinharão a sua monitorização com os sistemas de informação nacionais. Apoiarão e investirão no reforço e desenvolvimento da capacidade nacional de estatística e sistemas de informação incluindo aqueles utilizados para a gestão das ajudas.
- d) Reforçaremos os incentivos para melhorar a eficácia da ajuda. Passaremos sistematicamente em revista e procuraremos resolver impedimentos legais ou administrativos à implementação de compromissos internacionais para a eficácia da ajuda. Os doadores prestarão maior atenção a fazer uma delegação adequada de autoridade nos escritórios nos países e a alterar os incentivos organizacionais e ao pessoal, para promover um comportamento em linha com os princípios da eficácia da ajuda.

Seremos mais transparentes e abertos à prestação de contas dos resultados perante os nossos públicos

24. A transparência e a responsabilização são elementos essenciais aos resultados no desenvolvimento e estão no cerne da Declaração de Paris, na qual acordámos que países e doadores assumiriam uma maior responsabilização mútua e para com os seus cidadãos, pelo uso de todos os recursos para o desenvolvimento e os resultados alcançados. Daremos seguimentos a estes propósitos com as seguintes acções:

- a) Tornaremos a ajuda mais transparente. Os países em desenvolvimento facilitarão a fiscalização parlamentar implementando uma maior transparência na gestão financeira pública, incluindo a divulgação pública de receitas, orçamentos, despesas, aquisições e auditorias. Os doadores divulgarão publicamente informações regulares, detalhadas e atempadas sobre os seus fluxos de ajuda, de modo a permitir uma mais apurada orçamentação, contabilização e auditoria por parte dos países em desenvolvimento.
- b) Intensificaremos os nossos esforços para garantir que – tal como acordado na Declaração de Paris – as análises mútuas de avaliação estarão instituídas até 2010, em todos os países que endossaram a Declaração de Paris.
- c) Os países em desenvolvimento e os doadores trabalharão em conjunto a nível internacional para reforçarem os sistemas de monitorização internacionais existentes, com vista a melhorar a responsabilização pelos resultados do desenvolvimento. [Nota]⁶
- d) O uso eficiente e eficaz do financiamento do desenvolvimento requer que tanto doadores como países parceiros façam tudo o que é possível para lutar contra a corrupção. Os doadores e os países em desenvolvimento respeitarão os princípios aos quais deram o seu acordo, incluindo os da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção. Os países em desenvolvimento defrontarão a corrupção melhorando os sistemas de investigação, reparação legal, responsabilização e transparência no uso de fundos públicos. Os doadores tomarão, nos seus próprios países, medidas contra indivíduos ou organizações cúmplices na corrupção e perseguirão, congelarão e recuperarão bens ilegalmente adquiridos.

Estamos a mudar a natureza dos condicionalismos para apoiar o controlo proprietário

25. Para fortalecer o controlo proprietário do país e melhorar a previsibilidade dos fluxos de ajuda, os doadores acordaram, na Declaração de Paris, em basear, sempre que possível, as suas condições nas próprias políticas de desenvolvimento dos países em desenvolvimento. Reafirmamos o nosso compromisso com este princípio e continuaremos a envidar esforços para mudar a natureza dos condicionalismos através das seguintes acções:

a) Osadores trabalharão em conjunto com os países em desenvolvimento para estabelecerem acordo quanto a um conjunto limitado de condições de importância crítica para alcançar objectivos e resultados mutuamente acordados. Avaliaremos em conjunto o desempenho dosadores e dos países em desenvolvimento através de reuniões combinadas.

6

[Esta proposta está sujeita a discussões a efectuar no Fórum de Alto Nível de Acra].

b) Osadores e os países em desenvolvimento tornarão públicas todas as condições relacionadas com desembolsos.

c) Os países em desenvolvimento e osadores trabalharão em conjunto a nível internacional para analisar, documentar e difundir boas práticas sobre condicionalismos – e serão receptivos a contributos da sociedade civil.

Aumentaremos a previsibilidade a médio prazo da ajuda

26. Na Declaração de Paris, concordámos que é urgentemente necessária uma maior previsibilidade no provimento de fluxos de ajuda, para permitir que os países em desenvolvimento possam planear e gerir eficazmente os seus planos de desenvolvimento a médio prazo. Tomaremos as seguintes medidas para melhorar a previsibilidade da ajuda:

a) Os países em desenvolvimento reforçarão os seus processos de planos de orçamento para a gestão de recursos internos e externos e melhorarão as correlações entre despesas e resultados a médio prazo.

b) Osadores fornecerão informação completa e atempada sobre os seus compromissos anuais e desembolsos reais, de modo a que os países em desenvolvimento possam estar em posição de registar com exactidão todos os fluxos de ajuda nos seus planos de orçamento e nos seus sistemas de contabilidade.

c) Em cada ano, osadores fornecerão a cada país estimativas abrangentes dos fluxos de ajuda que prevêem atribuir ao longo de um período de 3 a 5 anos. [Nota]⁷

d) Os países em desenvolvimento e osadores trabalharão em conjunto, a nível internacional, estudando modos de continuar a melhorar a previsibilidade a médio prazo da ajuda, incluindo o desenvolvimento de instrumentos para a medir.

Olhando o Futuro

27. As reformas que acordamos hoje, em Acra, necessitarão de um continuado apoio político de alto nível e de acção coordenada a nível global, regional e dos países. Para a alcançar, renovamos o nosso compromisso com os princípios e metas estabelecidos na Declaração de Paris e continuaremos a avaliar o progresso na sua implementação.

28. Os compromissos a que hoje demos o nosso acordo terão de ser adaptados às circunstâncias de diferentes países – inclusive de países em situação de fragilidade, pequenos estados e países de rendimento médio. Com este objectivo, encorajamos os países em desenvolvimento a delinear – com o apoio activo dosadores – planos de acção baseados no próprio país que estabeleçam propostas, num quadro temporal específico e monitorizável, para a implementação da Declaração de Paris e da *Accra Agenda for Action* (Agenda de Acção de Acra).

29. Pedimos ao Grupo de Trabalho sobre Eficácia da Ajuda para continuar a monitorizar o progresso na implementação da Declaração de Paris e da *Accra Agenda for Action* (Agenda de Acção de Acra) e para apresentar o seu relatório ao Quarto Fórum de Alto Nível sobre Eficácia da Ajuda, em Dezembro 2011. Reconhecemos que será necessário desenvolver trabalho adicional para melhorar a metodologia e os indicadores do progresso da eficácia da ajuda. Em 2011 iniciaremos a terceira ronda de monitorização que nos permitirá saber se alcançámos as metas de 2010 estabelecidas em Paris em 2005.⁸

30. Solicitamos ao Secretário-Geral das Nações Unidas que transmita as conclusões do Terceiro Fórum de Alto Nível sobre Eficácia da Ajuda no Evento de Alto Nível sobre as MDG a decorrer em Nova Iorque ainda este mês e na reunião de Análise do Financiamento para o Desenvolvimento em Doha, em Dezembro 2008. Agradecemos a contribuição que o Fórum de Desenvolvimento do Conselho Económico e Social (ECOSOC) está a fazer para as questões sobre o diálogo internacional e a responsabilização mútua, relativamente à ajuda.

31. Hoje, mais do que nunca, estamos resolvidos a trabalhar em conjunto para ajudar países em todo o mundo a construir o futuro de sucesso que todos desejamos ver – um futuro baseado num compromisso partilhado para superar a pobreza, um futuro em que nenhum país esteja dependente de ajuda.

⁷ *[Esta proposta está sujeita a discussões a efectuar no Fórum de Alto Nível de Accra].*

⁸ Teremos esta informação disponível para o Quarto Fórum de Alto Nível sobre Eficácia da Ajuda em 2011, bem como avaliações abrangentes da implementação da Declaração de Paris e da Accra Agenda for Action a partir de 2010. Será dada atenção à melhoria e desenvolvimento da comunicação sobre eficácia da ajuda, para o sucesso do desenvolvimento a longo prazo e um alargado apoio público.